

Sociologia de um prêmio: novas coordenadas da consagração no campo editorial brasileiro (1991-2000)

Avance de investigación en curso

GT 32 – Sociologia da Arte e da Cultura

José de Souza Muniz Jr.

Resumo

Este artigo trata do Prêmio Jabuti, promovido desde 1958 pela Câmara Brasileira do Livro. Abordo o período entre 1991, quando o prêmio ganha seu primeiro curador, e 2010, quando uma grande discussão envolveu a vitória do livro *Leite derramado*, de Chico Buarque, na categoria “Livro do ano de ficção”. Analiso a consolidação e profissionalização do prêmio em paralelo com a trajetória do curador e destaco as condições sob as quais o Jabuti ganha representatividade e se torna alvo de contestações. A hipótese é de que tal visibilidade deve-se não somente aos esforços da CBL e do curador, mas também ao engajamento dos editores para ocupar posições de prestígio no campo.

Palavras-chave: livros; prestígio; premiação.

1. Introdução

Em 4 de novembro de 2010, a plateia da Sala São Paulo vibrou, espantada, com o anúncio do mais esperado troféu Jabuti, o de “Livro de Ficção do Ano”. O vencedor era Chico Buarque, que com *Leite derramado* conquistara apenas o segundo lugar na categoria “Romance”, atrás de *Se eu fechar os olhos agora*, do jornalista Edney Silvestre. Isso graças à metodologia do prêmio: na primeira fase, o júri especializado definia os três primeiros de cada categoria; na segunda fase, estes passavam pelos votos do mercado editorial e concorriam aos grandes prêmios de “Livro do Ano” (ficção e não ficção).

Seguiram-se dias de acalorado debate. O circo armou-se não somente em veículos e seções de cultura e literatura, mas também em espaços mais ecléticos, como a coluna de Mônica Bergamo, na *Folha de S.Paulo*. O principal fomentador desse debate foi a “Ilustríssima”, também na *Folha*, caderno criado em maio daquele ano e dirigido por Paulo Werneck, que trabalhara na Companhia das Letras, editora de Chico. O caderno dominical de cultura deu espaço às partes envolvidas (os editores e a Câmara Brasileira do Livro – CBL) e dedicou duas páginas a uma discussão mais ampla sobre a legitimidade dos prêmios literários¹. O outro veículo que se dedicou com mais afinco à contenda foi o blog de Reinaldo Azevedo (colunista de política da revista *Veja*), que havia já publicado dois livros pela Record, editora de Edney.

Os dirigentes da Record desqualificaram publicamente o Jabuti e a capacidade de decisão dos votantes (os próprios editores e livreiros). Para seu presidente, Sérgio Machado, o Jabuti se tornara “um concurso de beleza”, premiação “pautada por critérios políticos, sejam da grande política nacional, sejam da pequena política do setor livreiro-editorial”. A referência não era fortuita: Chico recentemente manifestara apoio a Dilma Rousseff, que dias antes da premiação elegera-se presidente da República. Reinaldo Azevedo, opositor do governo petista, tratou exaustivamente do tema em seu blog, qualificando o Jabuti como “patuscada político-ideológica destinada a premiar Chico Buarque sempre

¹ AGUIAR, Josélia. O dia do juízo. *Folha de S.Paulo*, 14 nov. 2010.

que ele resolver derramar seu leite”. Argumentou que o Jabuti (“cujo símbolo deveria ser uma hiena – que ataca em bando”) tornara-se uma premiação política, inclinada a favorecer autores de esquerda.

A Record chegou a anunciar que não participaria mais do Jabuti. Seu presidente, em carta à CBL, manifestou descontentamento com os “critérios equivocados” e declarou sua retirada do prêmio, para não mais “compactuar com uma comédia de erros”. Para Machado, as regras para o “Livro do Ano” favoreciam personagens midiáticos como Chico Buarque, tirando do prêmio seu caráter meritocrático. Dias depois, Machado voltou atrás, mas antes foi Luiz Schwarcz, editor de Chico, quem criticou a fala dos concorrentes cariocas, “atitude típica da tradição autoritária, e não da defesa da meritocracia”. Para o presidente da Companhia das Letras, as acusações e ofensas “reproduzem, na área editorial, o baixo e ofensivo nível do debate político-eleitoral no Brasil”. Passadas as animosidades, que incluíram réplicas e trélicas por parte de escritores, jornalistas, críticos e blogueiros, os dois manifestaram-se mais amigavelmente para sugerir mudanças no regulamento.

Esta não foi nem a primeira nem a última vez que a distribuição dos pequenos jabutis causou descontentamento. Foi, na verdade, um *replay* da confusão de 2004, quando o mesmo Chico, embora não tenha vencido na categoria “Romance”, conquistou o troféu mais cobiçado, com *Budapeste*. Em 2008, algo semelhante: *O menino que vendia palavras*, de Ignácio de Loyola Brandão, que conquistara o segundo lugar na categoria “Infantil”, sagrou-se “Livro do Ano de Ficção”. Problemas dessa ordem deixariam de existir em 2011, quando surgiu a nova regra: apenas o primeiro colocado em cada categoria poderia concorrer às premiações máximas.

Entretanto, o Jabuti continuou tendo seus critérios questionados. Em 2012, houve a contenda sobre as notas discrepantes atribuídas pelo crítico Rodrigo Gurgel na categoria “Romance” para beneficiar seu favorito ao troféu. Embora não tivesse como pano de fundo a questão eleitoral que impregnou a celeuma de 2010, aquele precedente deu ao episódio novas oportunidades para que a imprensa especializada gastasse munição contra o prêmio. Ao fim, a estratégia do “Jurado C” – tratada por alguns como tapetão, jogo sujo – deu certo, e Oscar Nakasato (*Nihonjin*) venceu. Nesse ano, porém, os troféus mais importantes não deram motivo às acusações de esquerdismo do Jabuti: a estatueta de “Livro do Ano de Não Ficção” ficou com a jornalista de economia Miriam Leitão, por seu *Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda*, enquanto o troféu de “Livro do Ano de Ficção” foi para o juvenil *A mocinha do mercado central*, de Stella Maris Rezende, eleitoralmente inofensiva.

2. Jabuti: um onívoro

Mais do que exaurir o conteúdo das discussões, interessa evidenciar as condições sob as quais elas tornam-se possíveis. Afinal, não é sempre que um prêmio mobiliza tamanhos esforços da imprensa e engendra posicionamentos tão significativos de editores, autores, jornalistas e críticos. Tal combinatória de discursos e práticas, elevada ao cubo em 2010 e 2012 mas presente em distintos graus ano a ano, mostra o envolvimento dos agentes num jogo que, ao que parece, vale a pena ser jogado. Apesar das frequentes críticas que recebe, o Jabuti continua atraindo holofotes e segue sendo considerado o mais importante prêmio literário brasileiro – embora não seja exatamente literário e o montante dado aos vencedores deixe a desejar, se comparado às outras honrarias literárias existentes no país.

Provavelmente a vitória de Chico não teria tanta repercussão não fosse a combinação entre o envolvimento de uma personalidade pública e a disputa presidencial – mescla que impregnou o debate editorial com teor eleitoral. Independentemente de a premiação estar submetida a interesses políticos, como sugeriram Sérgio Machado e Reinaldo Azevedo, a política nacional foi a penetra da cerimônia. Em 2012, em contrapartida, o Jabuti ganha espessura política própria, e a “busca do Jurado C” pela

imprensa especializada em cultura fez lembrar a sanha investigativa da mídia nos tempos do Mensalão. Em ambos os casos, o Jabuti ganha uma centralidade que tem a ver menos com o mérito dos livros e mais com a legitimidade da própria premiação, ora acusada de estar “contaminada” pela política nacional, ora questionada pelas falhas metodológicas, posteriormente assumidas.

Sobre todas as polêmicas, paira a figura do curador. Solicitado a pronunciar-se nessas ocasiões espinhosas, José Luiz Goldfarb dá argumentos semelhantes: os concorrentes estavam cientes das regras; o Jabuti está aprimorando-se e reavaliará seus critérios; todo esse barulho mostra a relevância que o Jabuti tem para nosso mercado editorial. De fato, a premiação ganhou repercussão nas duas últimas décadas, mas isso se torna mais visível justamente quando seus critérios são questionados. A disputa cotidiana e bem-comportada pela consagração parece ganhar mais sentido, escancarando-se, quando é a própria premiação o alvo das atenções, e não mais as editoras, autores e obras que buscam, por meio dela, visibilidade e reputação. O burburinho, longe de ameaçar a importância do Jabuti para o mercado das consagrações editoriais, parece torná-lo ainda mais conhecido e desejado.

Pode-se arriscar a hipótese de que a CBL não lograria dar ao Jabuti tal relevância não fossem os lances estratégicos tomados desde 1991, quando o então presidente da entidade, Ary Benclowicz, convidou Goldfarb para ser o primeiro curador do prêmio. Embora seja realizado desde 1958 e gabe-se de sua trajetória ininterrupta, é somente nos anos 1990 que o Jabuti se profissionaliza, iniciando um percurso de constantes alterações: detalhes no regulamento, quantidade de categorias e premiados, mudanças no local e formato da cerimônia etc. A relativa estabilidade dos critérios e categorias até então, contrastada com as mudanças que se seguiram, mostra um trajeto errante mas racional, espécie de aprendizagem do ofício durante a qual o curador calibra o Jabuti, conferindo a ele grandezas mais espalhafatosas e ares mais oficiais.

Na época do convite, o jovem Goldfarb pertencia à diretoria da CBL. Oriundo de uma abastada família judia, na segunda metade dos anos 1970 Goldfarb cursou física e filosofia na Universidade de São Paulo (USP), onde se envolveu com a militância de esquerda. Teve uma pequena editora, chamada Nova Stella, além da Livraria da Física, que mais tarde se tornaria também editora. Porém, sua experiência mais emblemática como empresário desse mercado foi a Livraria Belas Artes, que ele ajudara a inaugurar em 1979 com amigos da militância. Em 1985, após desentendimentos entre os sócios, Goldfarb tornou-se o único proprietário do empreendimento. Localizada na Avenida Paulista, a Belas Artes tornou-se lugar cativo da intelectualidade paulistana nos anos 1980. Foi como dono dessa empresa que, durante um congresso da CBL, Goldfarb recebeu o convite para integrar sua diretoria e, pouco depois, para tornar-se curador do Prêmio Jabuti.

Também na USP Goldfarb conheceu sua esposa, a também física Ana Maria Alfonso-Goldfarb, ao lado da qual desenvolveu uma trajetória acadêmica quase espelhada. Em 1979, enquanto seus amigos da organização trotskista Liberdade e Luta (Libelu) trabalhavam na livraria, José e Ana chegavam ao Canadá, onde cursaram o mestrado em Filosofia e História da Ciência. De volta ao Brasil no início dos anos 1980, ambos retornam à USP para seguir no doutorado em História da Ciência: ela, com a tese “Da magia operativa de Roger Bacon ao mecanicismo de Robert Boyle”; ele, estudando o também judeu, físico e comunista Mário Schenberg (1914-1990). Mais tarde, José e Ana se tornariam professores da pós-graduação em História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Nessa instituição, ele também cuida do Twitter oficial, apresenta um programa de TV e preside a Cátedra de Cultura Judaica.

O elemento judaico plasma não só a multifacetada identidade profissional do curador, como também muitas de suas relações com frações da elite econômica, política e cultural de São Paulo. Goldfarb frequenta os eventos do clube A Hebraica, onde é assessor de comunicação, além de dirigir os cultos da sinagoga, atividade que o ocupa há 20 anos. Também reformulou a biblioteca do clube, que,

segundo ele, faz compras periódicas da Livraria Cultura de Pedro Herz e da Livraria da Vila de Samuel Seibel.

Claudia Costin, também associada da Hebraica, amadrinhou Goldfarb no campo das políticas culturais. Tudo começa em 2003², quando ela assume a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Chamada para inaugurar a biblioteca que Goldfarb implantava no clube, ela o convida a coordenar o programa “São Paulo, um Estado de Leitores”. No mesmo ano, Goldfarb também coordena o projeto do Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 2006 – quando Costin, já como vice-presidente da Fundação Victor Civita, nomeia Goldfarb coordenador do “Letras de Luz”, que com patrocínios privados e verbas captadas via Lei Rouanet implantou bibliotecas em quatro estados brasileiros. Por fim, em 2009, quando ela assume a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Goldfarb é chamado para o programa “Rio, Uma Cidade de Leitores”, focado no incentivo à leitura de alunos e professores.

Goldfarb sustenta um *ethos* que mistura animação cultural, religiosidade, paixão pela ciência e envolvimento no mundo do livro. Esse poli-interesse vem a calhar à curadoria de uma premiação editorial, que precisa conciliar aspirações de consagração de um universo heterogêneo e razoavelmente amplo de editoras. Isso parece traduzir-se, por exemplo, na variação do número de categorias do Jabuti entre 1991, quando Goldfarb assume a curadoria, e 2012: de 13 para 29. Se no início desse período a premiação focava-se na literatura, com categorias correspondentes aos seus gêneros, algumas categorias técnicas e um curioso lugar para as Ciências Exatas, após 22 anos há espaço para nichos mais diversos. Aliás, as mudanças nos nomes das categorias mostram como o Jabuti, tendo aumentada sua capacidade de consagração, vai atraindo outros campos que não os já previstos (ver Anexo 1).

A inclusão desses campos aumenta muito o número de prêmios concedidos: se em 1991 são premiados apenas os primeiros colocados de cada categoria, em 2012 cada categoria tem três estatuetas, de modo que, nesse período, mais que sextuplica o número de estatuetas por ano (de 13 em 1991 para 89 em 2010). Essa foi a estratégia para dar conta de categorias-valise como “Arquitetura e urbanismo, fotografia, comunicação e artes” e “Educação, psicologia e psicanálise”³. Embora editores como Schwarcz e Machado concordem quanto à necessidade de diminuir a quantidade de prêmios, à maneira do Oscar (listas curtas de indicados e apenas um vencedor por categoria), é possível compreender a insistência em manter o perfil “generoso” num prêmio que, embora seja reconhecido como “o mais conhecido e prestigiado prêmio literário do país”, busca prestigiar todas as áreas da arte e do saber publicáveis em livro. Ou quase todas, pois houve também recuos – por exemplo, a curtíssima duração da categoria “Religião” (2000-2001)⁴.

Outras mudanças nesse período evidenciam o alcance que o Jabuti se impõe em seu projeto, inaugural e reiterado, de reconhecer os talentos do mercado editorial. As comissões avaliadoras deixam de ser recrutadas apenas nos círculos próximos à CBL, diversificando-se geograficamente. Os jurados tornam-se “incomunicáveis”, para evitar que se influenciem reciprocamente, e tornam-se remunerados. Instaura-se também um conselho curatorial remunerado, que auxilia Goldfarb da inscrição dos livros ao trabalho dos avaliadores. Já no início de sua curadoria, os primeiros colocados em cada categoria passam a receber uma quantia (modesta) em dinheiro. Considerando que os recursos vêm sobretudo das

² Goldfarb indica 2003 como ponto de inflexão em sua trajetória. Tendo vendido a Livraria Belas Artes e deixado de ser diretor-livreiro da CBL, ele planejava aumentar sua dedicação à PUC-SP. Entretanto, o início do mandato como diretor de cultura d’A Hebraica e o convite de Costin desviaram-no do intento inicial. A trajetória de sua esposa mostra uma dedicação profissional mais centrada na universidade, com estágios pós-doutorais e números mais expressivos de produção científica.

³ A partir de 2011, essas categorias foram desmembradas e outras foram criadas.

⁴ O fracasso da inclusão dos livros religiosos no Jabuti fica evidente pelos títulos vencedores. Dos seis livros que receberam troféus nessa categoria, apenas um possui fins confessionais ou de orientação espiritual. Os outros, de caráter histórico, antropológico ou ensaístico, têm a religião como tema, mas se encaixariam em outras categorias.

inscrições pagas pelos editores e autores, com a instauração do prêmio remunerado o Jabuti assume definitivamente a função de intraconversão de capitais⁵.

Talvez o maior salto em termos de “pompa e circunstância” tenha sido a mudança na cerimônia de premiação. Até 2003 a celebração ocorria na Bienal do Livro, alternadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para Goldfarb, esse revezamento foi fundamental para nacionalizar o prêmio e atrair editoras não paulistas. A partir de 2004, com o desentendimento entre CBL e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), que organiza a Bienal carioca, a cerimônia ganha calendário próprio e passa a ocorrer no Memorial da América Latina, em São Paulo. Dois anos depois, com mais luxo provinciano, a entrega dos troféus vai para a Sala São Paulo. Apesar da perda do Rio como lugar de celebração, a decisão de tirar a cerimônia das Bienais deu ao Jabuti ocasião autônoma, ajudando a dotá-lo da capacidade de reverberação que os casos *Leite derramado* (2010) e *Jurado C* (2012) atestam.

A longa série de mudanças que o Jabuti sofre desde que Goldfarb assume a curadoria, após três décadas de relativa estabilidade, torna o prêmio mais oficial, institucionalizado; ele ganha espessura própria e converte-se em instância máxima de consagração do campo editorial brasileiro. O debate de 2010 e aqueles que o precederam e sucederam têm muito a ver com o incômodo causado por um prêmio *da* categoria editorial, outorgado *pela* categoria editorial. Afinal, os desejados troféus de “Livro do Ano” dependem não só do parecer dos avaliadores especialistas, mas também dos votos abertos aos profissionais do mercado⁶. Isso significa que a grande honraria do Jabuti é um título de reconhecimento concedido por aqueles que, sendo somente editores e livreiros, são especialistas em nada. A eleição dos “Livros do Ano” configura uma democracia herética e inconveniente, que faz prevalecer outros critérios (sucesso, polêmica etc.) sobre aqueles tradicionalmente usados para avaliar obras, particularmente as literárias (originalidade, domínio da linguagem etc.), prescindindo até mesmo da leitura da obra.

Democracia inconveniente mas nem tanto, porque se trata de um universo constituído por ambos os amontoados de valores. O editor é, afinal, essa figura dupla e dúbia, que porta tanto as disposições do empresário quanto (vezes sim, vezes não) as do intelectual, artista, criador. Os “Livros do Ano” do Jabuti são uma espécie de grito de independência, concentração inédita de energias num espaço social que se considera irredutível a outros (literário, científico, filosófico, econômico etc.), dos quais, porém, se alimenta. Essa honraria condensa a voz coletiva de um campo desejoso de erigir seu próprio altar de deuses vivos, a partir de valores próprios – por contraditórios e obscuros que sejam seus critérios, por mesquinha e desimportante que se possa considerar sua bandeira.

3. Crença e investimento

Para pensar como o campo editorial brasileiro trabalha para erigir seu altar de editores, vale interrogar: que relevância tem a grife editorial para seus públicos leitores? Que peso tem o nome do editor ou a reputação de sua empresa para as decisões de leitura dos poucos brasileiros que sabem e querem ler? A multiplicidade de campos expressivos a encarnar-se no objeto livro inviabiliza respostas genéricas a essas perguntas. Seria, antes, necessário interrogar pelas disposições em jogo entre leitores de literatura, humanidades, livros didáticos, religião, autoajuda, negócios etc.

⁵ “[Os prêmios] são o melhor instrumento para negociar transações entre capital cultural e econômico, cultural e social, ou cultural e político – ou seja, eles são os mais eficazes agentes institucionais de intraconversão de capitais” (English, 2005, p.10-11).

⁶ A votação para “Livro do Ano (Ficção)” e “Livro do Ano (Não Ficção)” é aberta aos associados da CBL (Câmara Brasileira do Livro), do Snel (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), da ANL (Associação Nacional de Livrarias) e da ABDL (Associação Brasileira de Difusão do Livro). Após 2010, para evitar polêmicas como a do caso Chico Buarque, passaram a ser elegíveis aos dois prêmios apenas os primeiros colocados em cada categoria.

Entretanto, é possível aventar a hipótese de que é para os públicos mais cultivados que a grife editorial faz alguma diferença: é aí que ela condiciona mais as preferências de leitura ou, pelo menos, os rituais performativos de veneração – ora a adoração *blasé* (que tende ao estetismo museal), ora o deslumbramento (que lembra a tietagem musical). Então, embora o Jabuti seja representativo do esforço por erigir um altar de editores vivos, faz-se necessário dimensionar o tamanho do culto, restrito a um círculo reduzido de iniciados nos procedimentos para distinguir tendências das letras, artes e humanidades; avaliar os modos de reabilitar ou superar antigos procedimentos editoriais; fazer as avaliações estéticas que constituem profissão de fé dos bibliófilos e bibliômanos. Nesse pequeno círculo, o sucesso de uma editora é comumente associado ao conjunto de autores e livros que ela publica. A capacidade de “marcar época”, “arejar os espíritos” ou “difundir novas ideias” aparece, nesses discursos, como efeito natural da seleção que o editor empreende. O editor brilha aí como “descobridor de talentos”, misto de empresário e intelectual cuja razão de ser é operar um rito extraordinário: revelar textos e gênios insubstituíveis.

Ao contrário do que faz crer esse imaginário triunfalista, uma editora não é a soma de seus títulos. A não ser nos casos dos mais desprendidos editores “alternativos”, que não querem (ou não podem) investir na visibilidade de seus catálogos, a “marca” de um editor não é resultado direto de suas apostas para transformar escritores em autores, obras em livros, magia social que fundamenta sua existência. Nem essa aposta é simples iluminação ou inspiração (considerem-se a ajuda de tradutores, conselheiros, patrocinadores etc., ou as pequenas fortunas necessárias à aquisição de títulos via Frankfurt, quantias que inspiração nenhuma pode angariar), nem é exclusiva fonte dos capitais que a editora acumula. “Tino”, “mão”, “*feeling*”: o vocabulário empregado para explicar as escolhas acertadas do editor tende a negligenciar os aspectos terrenos da luta por textos e autores. Tal semântica da “revelação” parece transferir ao editor os atributos carismáticos comumente outorgados a escritores e artistas. A diferença é que, no caso dos editores, tais atributos nem sempre se reduzem aos feitos simbólicos, porque podem incluir, com algum realismo econômico, o equilíbrio que consiste em obter o merecido retorno financeiro pela vocação editorial plena, concretizada num catálogo com muito trigo e pouco joio.

Para além desse imaginário, cujo efeito é recalcar os condicionantes da atividade editorial, importa destacar que tanto o êxito comercial como a consagração simbólica são efeitos esperados da atuação dos departamentos de comunicação, responsáveis por enviar exemplares e convites de lançamento aos jornalistas de cultura e literatura. Estes são igualmente os objetivos visados com anúncios, promoções, compra de espaços nas livrarias e presença de divulgadores nas escolas. Os capitais acumulados por uma editora são, por fim, derivados de sua presença: nas compras oficiais de livros pelo governo; na lista de “mais vendidos”, colunas sociais e cadernos segmentados; nas prescrições de leitura de críticos, celebridades, especialistas e professores; e nas premiações literárias, paraliterárias ou extraliterárias. E a combinação dessas tomadas de posição para produzir as hierarquias e hierografias do campo só ganha sentido se considerado o espaço estrutural onde se movem editores, autores, críticos e, às vezes, leitores⁷.

Portanto, seria ingênuo pensar o conjunto de premiados pelo Jabuti como espelho fiel do que há de melhor sendo publicado no país. Primeiro, porque toda “eleição” nos campos de produção simbólica é arbitrária. Segundo porque, para ser agraciado, um livro deve ser inscrito pela editora ou pelo autor. Trata-se sempre de um investimento duplo: simbólico, porque exige compartilhar o pressuposto de que

⁷ “Em suma, o que faz as reputações não é, como acreditam ingenuamente os Rastignacs provincianos, a ‘influência’ de fulano ou sicrano, esta ou aquela instituição, revista, publicação semanal, academia, cenáculo, *marchand*, editor, nem sequer o conjunto do que, às vezes, se chama de ‘personalidades do mundo das artes e das letras’, mas o campo da produção como sistema das relações objetivas entre esses agentes ou instituições e espaço das lutas pelo monopólio do poder de consagração em que, continuamente, se engendram o valor das obras e a crença neste valor” (Bourdieu, 2006, p.25).

vencer o Jabuti é uma maneira legítima de ter suas virtudes reconhecidas publicamente; e econômico, porque essa inscrição demanda certa quantia de dinheiro. A entrada no prêmio, sendo voluntária e paga, torna mais evidente o investimento “extracatalogal” na tentativa de ser premiado. A destinação desses investimentos não significa que o Jabuti tenha sozinho conseguido erigir um panteão da edição brasileira. Contribuem para isso outros prêmios, a imprensa, os relatos triunfalistas de biógrafos e bibliófilos, outras estratégias das editoras. O que singulariza o Jabuti é a construção paulatina de um panteão de editores vivos e atuantes, com adesão e patrocínio das próprias editoras e a repercussão da imprensa. E o que o Jabuti fez nessas duas décadas, com Goldfarb, foi instrumentalizar-se e racionalizar-se para erigir esse novo panteão.

4. Repetições e reputações

É incontornável mencionar o papel da Companhia das Letras, que segundo Sorá (1997, p.169) “é o referencial que definiu no final dos anos [19]80 novos esquemas de percepção e apreciação do bom livro”. A editora foi fundada em 1986 por Luiz Schwarcz, até então diretor editorial da Brasiliense, idealizada por Caio Prado Jr. Ali, Schwarcz construiu sua carreira e tornou-se peça fundamental nos rumos que a empresa adotaria durante a redemocratização do país. Quando deixa a Brasiliense, Schwarcz leva para a nova editora não apenas *expertise* e alguns bons autores: leva também um projeto calcado na conquista de novos públicos e a proposta de ter boas vendagens sem a preocupação do *best-seller*. Leva, também, o capital simbólico acumulado na Brasiliense, que após sua saída jamais chegou perto de ocupar a posição dos tempos áureos⁸.

A presença paradigmática da Companhia repercute diretamente no Jabuti das décadas de 1990 e 2000. Nos prêmios de “melhor livro do ano” (ficção e não ficção), ela reina absoluta. Dado que tais categorias fundamentam-se nas apreciações dos próprios editores e livreiros, supõe-se que o catálogo da Companhia goza de alto reconhecimento entre os pares. Considerando-se o total de prêmios nesse período, a Companhia ocupa liderança absoluta (143), bem à frente de Edusp (60) e Record (52). Estas, embora sejam bem mais antigas que a primeira, passavam também naquele momento a uma nova fase de suas histórias. A Edusp, fundada em 1965, somente ganharia um departamento editorial em 1988, sob a gestão de João Alexandre Barbosa. Os investimentos da USP na editora, que continuaram nas gestões seguintes, tornaram-na referência entre suas congêneres, em especial pela qualidade gráfica. Já a Record, fundada em 1942 por Alfredo Machado, falecido em 1991, agora tinha à frente o filho, Sérgio, que tratou de incorporar outros selos, transformando a empresa no maior grupo editorial não didático do país.

Na sequência do ranking, com 41 prêmios cada, vêm duas editoras paulistanas de perfis díspares: Ática e Cosac Naify. A primeira, fundada em 1964 e líder no segmento de livros escolares, vê seu número de troféus despencar a partir dos anos 2000, quando incorporada ao Grupo Abril. Já a Cosac Naify, lançada em 1997, logo se torna uma destacada editoras de livros de arte. Nesse ranking, cumpre notar também a existência tanto das editoras de longa data, como Record, Ática, Nova Fronteira e Globo, quanto das que se constituíram após a criação da Companhia: 34, Cosac, Editora da Unesp. Trata-se de analisar o prêmio para confrontar diferentes temporalidades na copresença propiciada pela disputa por prestígio. A reputação adquirida pelas novas casas – com linhas editoriais distintas, considerando as frações de um público restrito, mas algo próximas, se considerarmos todo o espectro de editoras no Brasil – deve-se a fatores bastante diversos, dada a pluralidade de condições e amarras em jogo, mas pressupõe sobretudo o acúmulo combinado de capitais econômicos e simbólicos.

⁸ Para detalhes sobre a Companhia das Letras, ver Korcakakis (2006).

Tais ranqueamentos são produto do reconhecimento pela crítica e pelos pares, mas os resultados dependem do investimento das editoras no jogo. Tanto o dispêndio de energias sociais nas manobras de consagração quanto os altares que tais energias produzem são estruturais ao campo editorial na busca por definir-se frente aos campos que o tangenciam e influenciam. Sem pretender esgotar a discussão numa hierarquia, cronologia ou tipologia de editores, note-se que ainda falta aos estudos do livro no Brasil uma perspectiva comparativa e sistemática, que focalize a relação entre as posições das editoras e os enraizamentos sócio-históricos de seus editores. Sem isso, a descrição dos feitos e feições faz apenas erigir altares, ora discrepantes, ora convergentes com aqueles que a mídia e as instituições do campo constroem com as tintas douradas de uma bibliofilia ora ideológica, ora formalista.

5. Reputações e amputações

Hallewell (2005, p.740) nota a coincidência entre o curto governo Collor e a morte de grandes editores. José Olympio (1902-1990), que marcou as décadas de 1930 a 1950 no Rio de Janeiro, morreu quando a empresa não mais lhe pertencia. Caio Prado Júnior (1907-1990), intelectual e político comunista que fundou a Brasiliense em 1943, ainda pôde assistir à decadência da empresa que revelou Schwarcz; seu filho Caio Graco (1931-1992), que assumira a direção da editora, morreria pouco depois. Nesse meio-tempo, faleceriam também Sergio Lacerda (1938-1991), que administrava a Nova Fronteira, fundada em 1965 pelo pai, o político Carlos Lacerda (1914-1977); e Alfredo Machado (1923-1991), fundador da também carioca Record, hoje parte do grupo gerido por Sérgio Machado (1938-). Até o fim dos anos 1990, morrem outros três editores importantes: Ênio Silveira (1925-1996), artífice da Civilização Brasileira; Jorge Zahar (1920-1998), sucedido por sua filha e sua neta; e Waldir Martins Fontes (1934-2000), cuja empresa em 2005 foi cindida com as desavenças entre seus filhos Alexandre (selo WMF) e Evandro (selo Martins).

Apesar dos esforços dos herdeiros e novos gestores, tais casas nem sempre puderam sustentar seus catálogos e reputações. Mas isso não se deve apenas a circunstâncias internas: agora, essas editoras enfrentariam a concorrência das recém-chegadas, tanto no recrutamento de autores, tradutores e profissionais, como na ocupação de posições de prestígio e na conquista de públicos. Embora gozem de reconhecimento – permitido ora pela idade, ora pela coerência do catálogo, em especial quando não houve desavenças familiares ou transferências de controle acionário –, essas empresas competem com novatas como Companhia, 34, Iluminuras, Cosac, Ateliê, Boitempo, Contraponto, 7Letras etc. A consolidação do Jabuti como instância de consagração é coetânea à renovação estrutural do campo, definida tanto pela decadência de antigas casas como pela assunção de novos projetos, com diferentes graus de engajamento na busca de prestígio, sucesso comercial ou poder político num espaço cada vez mais institucionalizado. Se aqui demos ênfase ao Jabuti como espaço de disputas simbólicas, deve-se lembrar que o campo é atravessado por outras disputas, que também condicionam a atividade editorial.

A sequência com que o Brasil perdeu grandes editores das décadas anteriores criou condições para a consagração precoce de jovens editores. Esvaziado nosso altar de editores vivos, não se tardaria em novamente preenchê-lo. E esse novo panteão que o Jabuti ajuda a erigir conta com o engajamento ativo e comprometido daqueles que, dispostos a garantir lugar nesse altar, investem na participação, comparecem à cerimônia e alardeiam suas conquistas. Salta aos olhos o protagonismo da cena paulistana com relação à carioca: embora se pretenda um prêmio nacional, o Jabuti segue fortemente calcado na produção paulistana. Tivesse sido o Snel, e não a CBL a gestar o prêmio, talvez os investimentos das editoras nesse espaço de consagração e o arranjo do altar-mor teriam sido diferentes, ainda que tal instituição também pudesse buscar atrair as atenções para si.

Aliás, comenta-se acidamente, nos corredores das editoras, que o Jabuti sempre dá um jeitinho de aparecer mais que autores e editoras – o prêmio roubando a cena dos premiados. É como se, num voo

desengonçado, à moda de zepelim, um imenso quelônio pairasse sobre um descampado, atraindo os olhares para si e jogando uma incômoda sombra sobre aqueles que o contemplam, ora surpresos com a altitude de seu voo, ora perplexos com a altivez de sua impertinência.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre. (2006). *A produção da crença*. Porto Alegre, RS, Brasil: Zouk.
- Câmara Brasileira do Livro. (2008). *Prêmio Jabuti: 50 anos*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- English, James F. (2005). *The economy of prestige*. Cambridge, MA, EUA: Harvard University Press.
- Hallewell, Lawrence. (2005). *O livro no Brasil*. (2ª. Ed.). São Paulo, SP, Brasil: Edusp.
- Koracakis, Teodoro. (2006). *A companhia e as letras: um estudo sobre o papel do editor na literatura*. Tese de doutorado não publicada, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Sorá, Gustavo. (1997). Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. *Mana*, 3(2), 151-181.

Fontes consultadas

- Aguiar, Josélia. (2010, 14 de novembro). O dia do juízo. *Folha de S.Paulo*, Caderno Ilustríssima p. 6-7.
- Azevedo, Reinaldo. (2010a, 5 de novembro). O Prêmio Jabuti e os asquerosos. *Blog do Reinaldo Azevedo*. Recuperado em 20 de novembro de 2012 de <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-premio-jabuti-e-os-asquerosos-1-o-jornalismo-na-fase-alemanha-oriental-no-dia-em-que-o-premio-jabuti-se-transforma-num-espetaculo-de-vigarice-politica/>
- Azevedo, Reinaldo. (2010b, 12 de novembro). A carta do Grupo Record que denuncia que os jabutis estão em cima das árvores. *Blog do Reinaldo Azevedo*. Recuperado em 20 de novembro de 2012 de <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-carta-do-grupo-record-que-denuncia-que-os-jabutis-em-cima-das-arvores/>
- Bergamo, Mônica. (2010, 12 de novembro). Salseiro literário. *Folha de S.Paulo*, p. E2.
- Finotti, Ivan. (2010a, 14 de novembro). Sérgio Machado: “Edney Silvestre foi garfado”. *Folha de S.Paulo*, Caderno Ilustríssima p. 6-7.
- Finotti, Ivan. (2010b, 27 de novembro). Editores sugerem novo Jabuti em 2011. *Folha de S.Paulo*, p. E8.
- Goldfarb, José Luiz. (2012, 19 de novembro). Entrevista concedida ao pesquisador.
- Machado, Sérgio. (2010, 9 de novembro). Carta [a Rosely Boschini e a José Luiz Goldfarb]. Recuperado em 20 de novembro de 2012 de http://media.folha.uol.com.br/ilustrissima/2010/11/12/carta_do_grupo_record.pdf
- Rangel, Natália. (2010, 19 de novembro). Saia-justa no Jabuti. *Isto É*.
- Schwarcz, Luiz. (2010, 21 de novembro). Quem garfou Edney Silvestre? Ou como se discute um prêmio literário no Brasil. *Folha de S.Paulo*, Caderno Ilustríssima, p. 3.
- Werneck, Paulo. (2010, 13 de novembro). “Jabuti é concurso de beleza”, diz editor da Record. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 20 de novembro de 2012 de <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/830386-jabuti-e-concurso-de-beleza-diz-editor-da-record.shtml>

Anexo 2Número de prêmios Jabuti conquistados por editora (1991-2010)⁹

Editora	Prêmios	Sede
Companhia das Letras	143	São Paulo
Edusp	60	São Paulo
Record	52	Rio de Janeiro
Cosac Naify	41	São Paulo
Ática	41	São Paulo
Nova Fronteira	26	Rio de Janeiro
Imprensa Oficial	24	São Paulo
Globo	21	São Paulo
Editora 34	18	Rio-SP ¹⁰
Editora da Unesp	17	São Paulo
Rocco	17	Rio de Janeiro
Senac (geral) ¹¹	17	várias
Atheneu	16	São Paulo
Moderna	15	São Paulo
Ed. Unicamp	13	Campinas
Salamandra	13	Rio-SP
Civilização Brasileira	12	Rio de Janeiro
Objetiva	12	Rio de Janeiro
Perspectiva	12	São Paulo
Bertrand Brasil	11	Rio de Janeiro
Boitempo	11	São Paulo
Contexto	11	São Paulo
FTD	11	São Paulo
Hucitec	11	São Paulo
Iluminuras	10	São Paulo
Makron Books	10	São Paulo
Melhoramentos/DBA	10	São Paulo
Saraiva	10	São Paulo
Scipione	10	São Paulo

⁹ Número total de prêmios Jabuti conquistados pelas editoras com 10 ou mais prêmios no período, inclusive colocações que não a primeira quando estas são premiadas. Trata-se de levantamento primário: as listas divulgadas pela CBL até 2011 mencionam apenas título do livro e nome do premiado (autor, tradutor, designer etc.), sem o nome da editora. O número pode não corresponder ao número de títulos premiados, dado que o mesmo livro pode concorrer em várias categorias. Para o cômputo, foram usadas as informações disponíveis no site da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e no livro *Prêmio Jabuti: 50 anos* (São Paulo: CBL/Imprensa Oficial, 2008); para os casos duvidosos (por exemplo, quando as duas fontes supracitadas divergem), foram consultadas outras referências, principalmente jornais e revistas do período.

¹⁰ A editora foi fundada no Rio de Janeiro, mas mudou sua sede para São Paulo.

¹¹ Foram computados os prêmios referentes às diversas sedes (nacional e estaduais) da instituição, embora a maior parte se refira a publicações da Editora Senac-SP.